

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. **Conjuntura econômica:** O ano de 2012 foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico, tanto na economia mundial, quanto na economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido cerca de 3%. A desaceleração das economias americana e chinesa explica boa parte do fraco desempenho da economia mundial no ano. A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto em 2012. Segundo as projeções do mercado, o PIB deve ter se expandido 1% no ano, dando sequência ao fraco resultado verificado em 2011, quando a economia cresceu 2,7%. O desempenho neste ano de 2012 foi reflexo da fraqueza da atividade industrial, devido à baixa competitividade do setor ante a concorrência externa. Além disso, o recuo dos investimentos diante das incertezas presentes no cenário internacional e o fraco crescimento doméstico também contribuíram para o crescimento abaixo da meta. As despesas com consumo, o motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência (principalmente no setor automotivo) explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012. Ante uma atividade econômica decepcionante, as autoridades governamentais utilizaram instrumentos para estimular a economia. Dentre estas, é importante citar: - a queda da taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% ao final do ano, o menor patamar nominal da história recente; - isenções fiscais foram concedidas para setores produtores de bens de consumo duráveis (automóveis principalmente) e bens de capital; - a desvalorização do câmbio, buscando elevar a competitividade do setor industrial; e - a renúncia fiscal junto com a perda de receita decorrente do menor ritmo de atividade doméstica, resultou em redução do esforço fiscal em 2012. O superávit fiscal primário foi de 1,9% do Produto Interno Bruto em novembro, distante da meta de 3,1% prevista para o ano. O menor ritmo da atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encerrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida. A inflação foi beneficiada por vários fatores como: i) a política de controle de preços dos combustíveis; ii) ausência de reajuste de ônibus urbano em SP; iii) redução da tarifa de energia elétrica em importantes regiões metropolitanas; iv) reduções do IPI para linha branca, móveis e autos; v) mudança de ponderação do IPCA, promovida pelo IBGE; entre outros fatores. O comércio exterior brasileiro foi também prejudicado pela crise internacional, principalmente pelo menor crescimento do mercado chinês, que afetou negativamente as cotações das principais *commodities* exportadas pelo Brasil. As exportações recuaram ao longo de 2012, mas a fraca performance da demanda doméstica seguiu as importações, permitindo que a balança comercial brasileira registrasse superávit de US\$ 19 bilhões no ano (US\$ 29 bilhões em 2011). A entrada de recursos vindos do exterior também foi menor em 2012, mas suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As reservas internacionais fecharam 2012 estáveis, em torno de US\$ 378 bilhões. Mesmo com um cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de ações em geral fechou 2012 com ganho de 7,4%, atingindo 60.952 pontos (IBOVESPA). No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar a subir de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação de 13,1% no ano. Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,3%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PAC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013. **Aquisição da Sul América Capitalização S/A - SULACAP:** Em 28/05/2012, a Sul América S.A. ("SASA") publicou um fato relevante informando que sua controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. (controlada indireta da Companhia) firmou contrato de compra e venda de ações com a Saspar Participações S.A. (SASPAR) visando à aquisição da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sul América Capitalização S.A. (SULACAP), representativa de 83,27% do capital social da SULACAP, pelo preço base de R\$214 milhões, podendo este valor ser incrementado em

até R\$71 milhões desde que satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A vendedora é controlada pela Sulasa Participações S.A. (SULASA), sociedade controladora da Companhia. A conclusão da aquisição será submetida oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas da SASA e estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes. **Evento subsequente:** Em 31/01/2013 foi aprovada a incorporação da controlada indireta Sul América Seguro Saúde S.A. pela controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde. Tal incorporação está condicionada à prévia autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e visa otimizar a estrutura de seguro saúde do conglomerado SulAmérica. **Comentário sobre o desempenho:** Em 2012, a receita de prêmios de seguros atingiu R\$2,7 bilhões, 2,1% acima da receita obtida em 2011. Em 2012, os sinistros retidos somaram R\$1,6 bilhão, 10,1% abaixo de 2011. Os custos de aquisição somaram R\$654,6 milhões, aumento de 2,4% frente a 2011. No ano de 2012, o lucro líquido alcançou R\$409,2 milhões, aumento de 27,8% em relação a 2011. **Vendas e marketing:** Na área de vendas, a Companhia ofereceu aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços diferenciados por meio das suas filiais e pontos de presença nas principais cidades do país que garantem apoio aos mais de 30 mil corretores que distribuem os produtos da Companhia aos seus clientes. Além disso, a Companhia também distribui seus produtos e serviços através de parcerias com bancos e instituições financeiras. Na área de comunicação, em 2012, a Companhia deu continuidade às suas campanhas de comunicação e ações de marketing que traduzem o posicionamento da marca, representando atendimento de qualidade e sem aborrecimentos para os clientes. **Pessoas:** A Companhia investiu na área de capital humano buscando os talentos nas posições certas, melhorando a produtividade e a alta performance. Além disso a Companhia buscou interagir de forma mais efetiva no engajamento de seus colaboradores e no alinhamento das lideranças. **Sustentabilidade:** A Companhia ampliou sua estratégia de disseminação de conceitos e conscientização do seu público interno a respeito dos principais temas relacionados à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. A Companhia vem investindo em processos que visam a redução da utilização de materiais, bem como implantando iniciativas de consumo consciente dos recursos naturais em suas unidades operacionais e reciclagem de resíduos, como os provenientes de sinistros.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação:

R\$ milhões	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações	436,2	366,4
(-) Impostos e contribuições	(14,4)	(34,5)
(-) Participações	(12,7)	(11,8)
Lucro líquido do exercício	409,2	320,1
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(20,5)	(16,0)
Lucro líquido ajustado	388,7	304,1
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	97,2	76,0
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos	110,0	76,5
Bruto	129,4	90,0
Imposto de renda	(19,4)	(13,5)
Total dos dividendos obrigatórios (A)	97,2	76,0
Juros sobre capital próprio líquido excedente ao dividendo obrigatório (B)	12,8	0,5
Total dos dividendos propostos e juros sobre capital próprio (A) + (B)	110,0	76,5

Destinação de reserva estatutária

	259,3	214,1
A destinação do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia, no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui intenção e capacidade para mantê-los até a data do respectivo vencimento são classificados na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o <i>ING Insurance International B.V.</i> , regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013. O Conselho de Administração.		

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2012	2011	Passivo	Notas	2012	2011
Ativo circulante		3.094.704	3.150.896	Passivo circulante		2.495.033	2.538.274
Disponível		46.366	34.094	Contas a pagar		294.591	227.265
Caixa e bancos	6	46.366	34.094	Obrigações a pagar	15.1	151.730	113.302
Equivalentes de caixa	6	17.249	30.782	Impostos e encargos sociais a recolher		47.372	62.144
Aplicações	7.1	1.432.881	1.366.624	Encargos trabalhistas		9.826	10.169
Créditos das operações com seguros e resseguros		616.972	639.609	Impostos e contribuições		44.118	5.859
Prêmios a receber	8.1	585.336	590.513	Outras contas a pagar	15.2	41.545	35.791
Operações com seguradoras		21.230	25.092	Débitos de operações com seguros e resseguros		186.827	204.436
Operações com resseguradoras	9.1	10.406	24.004	Prêmios a restituir		7.965	6.721
Outros créditos operacionais	11	255.267	199.794	Operações com seguradoras		24.699	26.694
Ativos de resseguro e retrocessão				Operações com resseguradoras	9.1	58.078	80.631
- Provisões técnicas	9.2	201.703	342.405	Corretores de seguros e resseguros	16.1	61.272	68.038
Títulos e créditos a receber		208.790	212.040	Outros débitos operacionais		34.813	22.352
Títulos e créditos a receber		92.755	99.061	Depósitos de terceiros	17	15.761	22.268
Créditos tributários e previdenciários	10.1	45.082	34.208	Provisões técnicas - Seguros		1.961.565	2.059.597
Outros créditos	20.1	70.953	78.771	Danos	18.1	1.958.996	2.055.998
Outros valores e bens	12	38.055	48.810	Pessoas	18.1	2.569	3.599
Bens a venda		38.055	48.810	Outros débitos		36.050	24.332
Despesas antecipadas		16.265	21.935	Provisões judiciais	21	36.050	24.332
Custos de aquisições diferidos	13	261.156	254.803	Débitos diversos		239	376
Seguros		261.156	254.803	Passivo não circulante		844.453	920.336
Ativo não circulante		2.807.521	2.567.401	Contas a pagar		387.041	335.430
Realizável a longo prazo		1.215.036	1.201.682	Obrigações a pagar	15.1	311.396	269.897
Aplicações	7.1	236.873	223.709	Tributos diferidos	10.1.2	53.956	42.306
Créditos das operações com seguros e resseguros		5.219	10.437	Outras contas a pagar	15.2	21.689	23.227
Prêmios a receber	8.1	5.150	10.300	Débitos de operações com seguros e resseguros		4.687	9.375
Operações com seguradoras		69	137	Operações com seguradoras		2.675	5.350
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	9.2	100.837	185.561	Operações com resseguradoras	9.1	2.012	4.025
Títulos e créditos a receber		865.225	770.082	Provisões técnicas - Seguros		241.167	355.059
Créditos tributários e previdenciários	10.1	239.692	213.749	Danos	18.1	241.021	354.986
Depósitos judiciais e fiscais	21	610.009	533.285	Pessoas	18.1	146	73
Outros créditos operacionais		15.524	23.048	Outros débitos		211.558	220.232
Despesas antecipadas		2.995	8.456	Provisões judiciais	21	211.558	220.232
Custos de aquisição diferidos	13	3.887	3.437	Débitos diversos		29	240
Seguros		3.887	3.437	Patrimônio Líquido	22	2.562.739	2.259.687
Investimentos		1.502.892	1.287.268	Capital social		1.250.000	1.250.000
Participações societárias	14	1.500.380	1.284.660	Reservas de capital		(4.147)	(4.147)
Imóveis destinados a venda		2.268	2.344	Reservas de lucro		1.285.893	1.006.147
Outros investimentos		244	264	Ajustes de avaliação patrimonial		-30.993	7.687
Imobilizado		36.584	38.350	Total do passivo		5.902.225	5.718.297
Imóveis de uso próprio		99	92				
Bens móveis		13.370	12.534				
Outras imobilizações		23.115	25.724				
Intangível		53.009	40.101				
Outros intangíveis		53.009	40.101				
Total do ativo		5.902.225	5.718.297				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Reserva de incentivos fiscais	Total das reservas de lucro	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2011	878.134	-	84.172	1.059.054	71.039	7.121	1.221.386	2.271	-	2.101.791
Aumento de capital conforme AGO/E de 31/03/2011, aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.207 de 23/09/2011	371.866	-	(84.172)	(280.573)	-	(7.121)	(371.866)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.448)	(2.448)
Dividendo adicional proposto pago, conforme AGO/AGE de 31/03/2011	-	-	-	-	(71.039)	-	(71.039)	-	-	(71.039)
Reserva estatutária	-	-	-	(2.448)	-	-	(2.448)	-	2.448	-
Reservas de capital:										
Ágio em transações de capital	-	(4.147)	-	-	-	-	-	-	-	(4.147)
Títulos e valores imobiliários								5.416	-	5.416
Lucro líquido do exercício									320.114	320.114
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	16.006	-	-	-	16.006	-	(16.006)	-
Reserva estatutária	-	-	-	214.108	-	-	214.108	-	(214.108)	-
Juros sobre o capital próprio - R\$220,05 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31/12/2011	1.250.000	(4.147)	16.006	990.141	-	-	1.006.147	7.687	-	2.259.687
Títulos e valores mobiliários								23.306	-	23.306
Lucro líquido do exercício									409.183	409.183
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	20.459	-	-	-	20.459	-	(20.459)	-
Reserva estatutária	-	-	-	259.287	-	-	259.287	-	(259.287)	-
Juros sobre o capital próprio - R\$316,47 por ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.437)	(129.437)
Saldos em 31/12/2012	1.250.000	(4.147)	36.465	1.249.428	-	-	1.285.893	30.993	-	2.562.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1.Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A., denominada "SASA", com 24,45% de participação direta e 75,55% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "SAEPAR". A SASA tem como principais acionistas a Sulasa Participações S.A., com 60,14% das ações ordinárias e 33,47% de participação total, e a *ING Insurance International B.V.*, com 12,93% das ações ordinárias, 32,46% das ações preferenciais e 21,59% de participação total. Nessas demonstrações financeiras o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas.

1.1. Aquisição da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP: Em 28/05/2012, a SASA publicou um fato relevante informando que sua controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. firmou contrato de compra e venda de ações com a Saspar Participações S.A. (SASPAR) visando à aquisição da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sul América Capitalização S.A. (SULACAP), representativa de 83,27% do capital social da SULACAP, pelo preço base de R\$214 milhões, podendo este valor ser incrementado em até R\$71 milhões desde que satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A vendedora é controlada pela Sulasa Participações S.A. (SULASA), sociedade controladora indireta da Companhia.

A conclusão da aquisição será submetida oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas da SASA e estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. Devido a algumas normas emitidas pelo CPC e vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras, ainda não terem sido referendadas pela SUSEP, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Administração avaliou as normas emitidas pelo CPC e ainda não referendadas pela SUSEP e entende que a adoção destas normas, quando aprovadas pelo órgão regulador, não irá gerar efeitos significativos no resultado ou patrimônio líquido da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 430, emitida em 05/03/2012. A única alteração em relação ao período comparativo de 31/12/2011 ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se à reclassificação da subconta "Outros Créditos Operacionais" para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas "Crédito das Operações com Seguros e Resseguros". O valor em 31/12/2011 é de R\$199.794. A Circular SUSEP nº 430/2012 não produziu efeitos no resultado. A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação nas demonstrações financeiras em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante líquido ou o patrimônio líquido e, portanto, não é significativo para a compreensão dessas

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Notas	2012	2011
Prêmios emitidos		2.724.565	2.669.009
Variações das provisões técnicas de prêmios		31.647	(48.601)
Prêmios ganhos	23.1	2.756.212	(2.620.408)
Receita com emissão de apólices	23.2	140.534	76.926
Sinistros ocorridos	23.3	(1.578.228)	(1.755.097)
Custos de aquisição	23.4	(654.5	

apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente; • As comissões e agenciamento de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos terceiros e despesas de pessoal) e as receitas com custo de apólice são registradas no ativo, na rubrica "Custos de Aquisição Diferidos". A apropriação das receitas no custo de apólice na rubrica "Receita com Emissão de Apólices" para as mensalidades com resultados de ocorrência e na rubrica "Custos de Aquisição", para os demais itens. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de vida são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. Os demais custos diferidos e as receitas com custo de apólice são apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, exceto para os produtos de pessoas, onde os demais custos são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente locáveis aos sinistros consideradas individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense* – ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros e que não são diretamente locáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* – ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na database das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado.** • **Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser reconhecidos nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1). • **De acordos.** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos contratos futuros. **3.2.2. Disponíveis para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "em prêmios e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos.** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O registro na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está ajustado no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável (Impairment).** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis).** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado e descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. • **Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo, anualmente. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. A ativação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é estabelecida levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 5 anos. **3.7. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros e resseguros.** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras. **3.7.1. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros.** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP conforme a seguir: **(a) Provisão para prêmios não ganhos (PPNG).** A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas. **(b) Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE).** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso. **(c) Provisão complementar de prêmios (PCP).** A PCP foi instituída pelo CNSP para os contratos de seguros e está contabilizada na rubrica "Provisões Técnicas – Seguros" no passivo circulante. Para os contratos de seguro de danos, exceto para o ramo de automóveis, esta provisão é igual ao máximo entre 0 (zero) e a diferença entre a média dos valores de provisão de prêmios não ganhos apurados diariamente no mês de sua constituição e a provisão de prêmios não ganhos constituída no final do respectivo mês. **(d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL).** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados até a database, adicionada da ALAE. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR - *Incurred But Not Reported*). Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionada da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.7.1 item (f). Adicionalmente, o valor das provisões das despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE. A ULAE é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. **(e) Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais.** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a estimativa de perda que pode ser classificada como provável, possível ou remota. No caso de processos judiciais considerados semelhantes e causais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração fatores específicos calculados tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos de encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento de ram do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamento processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês. As provisões e os honorários de contabilidade referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações subcontratadas de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões Técnicas – Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **(f) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, adicionada da ALAE. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de

ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. A IBNR é apurada considerando tanto as despesas diretamente locáveis aos sinistros (ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente locáveis (ULAE). A ULAE da IBNR é calculada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. **(g) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) – Judicial.** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e, entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação; (ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desempenho financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; (iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na rubrica "Provisões Técnicas – Seguros", resultando no valor médio das causas. **(h) Provisão de insuficiência de prêmios (PIP).** A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos. Foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na database das demonstrações financeiras e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP Em 31/12/2012 e 2011, o resultado desta análise indicou que o valor contábil dos passivos era suficiente para cobrir os fluxos de caixa futuros esperados. **3.8. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT).** O CPC 11 requer que as seguradoras e operadoras que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas (exceto PIP) na database, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Em relação às premissas, como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação. O resultado mensal do fluxo de caixa reavaliado foi trazido a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros divulgada pela SUSEP. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste de adequação são contabilizadas no resultado. **3.9. Provisões para processos judiciais.** **3.9.1. Cíveis e trabalhistas.** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os contratos são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e causais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamento processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês nos processos cíveis e pela TR e juros de 0,78% ao mês nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente. **3.9.2. Fiscais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisionados estão contabilizados na rubrica "Contas a Pagar - Obrigações a Pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.10. Benefícios pós-emprego.** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados e reconhecidos no resultado do período pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente com base em ações. A Companhia remanece administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas Administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras Contas a Pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus empregados (vide nota 19.2). **3.12. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Contratos de seguros.** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contratos de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.14. Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso instrumental refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 6); • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 7); • Custos de aquisição diferidos (nota 13); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); • Movimentação dos créditos tributários (nota 10.1.2); e Ações fiscais (nota 21.2). **3.15. Normas emitidas e ainda não adotadas.** Diversas normas e emendas a normas Internacionais de Relatores Financeiros IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela CVM. São as normas: • **Revisadas. (a) IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (Presentation of Financial Statements).** Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(b) IAS 16 – Ativo imobilizado (Property, plant and equipment).** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(c) IAS 19 / CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (Employee benefits).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Investments in associates).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(e) IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(f) IAS 34 – Demonstração intermediária (Interim financial reporting).** Em dezembro de 2011, houve mais uma revisão desta norma, que trata da informação por segmento de ativos e passivos totais em consonância com os requisitos do IFRS 8. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. **(g) IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desreconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas. (a) IFRS 9 – Instru-**

mentos financeiros (*Financial Instruments*). Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e a aos projetos de *impairment hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB – Adm – a data de implantação obrigatória para 01/01/2015. **(b) IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas (Consolidated financial statements).** Em maio de 2011 foi emitida a norma com o objetivo de estabelecer princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla outra ou mais entidades. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(c) IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (Joint arrangements).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(d) IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de informações em outras entidades (Disclosure of interests in other entities).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. **(e) IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do valor justo (Fair value measurement).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; e Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada das várias áreas que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. **4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos.** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a risco). Os investimentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando o dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.2. Sistema de controles internos e gestão de riscos corporativos.** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem em base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser concebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **Ambiente interno:** Nível de conscientização e cultura da organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. E reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e ao sucesso da organização, cidadãos e ações relacionadas à sustentabilidade. • **Definição de objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que este se deem de forma integrada à missão e a visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação dos riscos baseados esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas correta e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser avaliada através de atividades gerenciais contínuas e em âmbito corporativo por avaliações independentes, por auditorias internas ou externas (periódicas ou especiais) e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. **4.3. Concentração das operações.** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

	2012					
Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro oeste	Sul	Total
Automóvel.....	61,1%	2,1%	12,4%	6,5%	17,9%	100%
Cascos.....	95,5%	0,0%	0,5%	0,0%	4,0%	100%
Condominial.....	64,6%	2,5%	9,1%	5,2%	18,6%	100%
Crédito.....	60,4%	0,0%	0,0%	39,6%	0,0%	100%
Empresarial.....	66,0%	2,4%	7,3%	2,3%	22,0%	100%
Habitacional.....	9,8%	0,0%	0,0%	73,0%	17,2%	100%
Patrimonial demais.....	67,9%	2,1%	11,5%	5,4%	13,1%	100%
Pessoas demais.....	98,1%	0,1%	0,2%	0,5%	1,1%	100%
Residencial.....	49,6%	1,6%	6,6%	3,0%	39,2%	100%
Responsabilidades.....	95,3%	0,1%	1,3%	0,2%	3,1%	100%
Riscos especiais.....	100%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
Riscos financeiros.....	99,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	100%
Rural/Animais.....	12,8%	25,8%	0,1%	0,8%	60,5%	100%
Transporte nacional.....	57,1%	0,2%	7,0%	2,6%	33,1%	100%
Transportes demais.....	86,6%	0,0%	1,3%	2,1%	10,0%	100%
Vida em grupo.....	85,2%	0,6%	4,9%	1,9%	7,4%	100%
Outros.....	76,6%	2,4%	7,9%	5,1%	8,0%	100%

	2011					
Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro oeste	Sul	Total
Automóvel.....	62,2%	1,7%	12,0%	6,7%	17,1%	100%
Cascos.....	95,2%	0,0%	0,8%	0,0%	4,0%	100%
Condominial.....	63,8%	2,1%	8,7%	5,2%	20,2%	100%
Crédito.....	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100%
Empresarial.....	68,5%	2,4%	8,1%	2,3%	18,7%	100%
Habitacional.....	3,9%	0,0%	0,0%	86,9%	9,2%	100%
Patrimonial demais.....	66,0%	1,7%	12,1%	6,2%	14,0%	100%
Pessoas demais.....	98,2%	0,1%	0,3%	0,5%	0,9%	100%
Residencial.....	46,0%	1,2%	4,6%	3,2%	45,0%	100%
Responsabilidades.....	89,6%	0,3%	2,8%	0,8%	6,5%	100%
Riscos especiais.....	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
Riscos financeiros.....	58,1%	0,0%	41,9%	0,0%	0,0%	100%
Rural/Animais.....	38,8%	13,7%	0,7%	4,3%	42,5%	100%
Transporte nacional.....	62,0%	0,1%	7,2%	0,7%	30,0%	100%
Transportes demais.....	85,5%	0,0%	1,6%	0,2%	12,7%	100%
Vida em grupo.....	72,2%	0,8%	6,3%	3,0%	11,7%	100%
Outros.....	72,7%	1,9%	7,1%	8,6%	9,7%	100%

4.4. Descrição dos riscos e gestão dos riscos nas operações. O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*. **4.4.1. Risco de crédito.** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprir-lho nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações de financiamentos, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

• Aplicações financeiras. (a) Política de investimentos. A Política de Investimentos estabelece as diretrizes estratégicas e devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. No gerenciamento do risco de crédito relativo a aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" ("rating" interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Os ativos são segregados e constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de reservas técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc). É esperado que cada carteira, levando em consideração suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descausamento entre os ativos e passivos das controladas (ALM), quando necessário. Conseqüentemente, espera-se um balanço entre a relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos: (i) objetivo; (ii) meta de rentabilidade; (iii) limite de risco; (iv) prazo de ativos; (v) liquidez de ativos; (vi) restrições específicas; (vii) restrições gerais. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo na carteira de ALM) que permanentemente também é monitorado e discutido em comitê específico de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por rating, onde 89,5% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (96,3% em 2011), contemplando as operações compromissadas dos fundos de investimentos exclusivos, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica "Equivalentes de Caixa", estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

• Risco cambial. A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de rasos de moedas elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras é feito em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de swaps, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado. Os saldos ativos em dólares norte-americanos, em 31/12/2012, montam US\$219,842 mil (US\$73,455 mil em 2011) e os saldos passivos montam US\$219,812 mil (US\$76,541 mil em 2011). Em 31/12/2012, o montante de risco cambial inclui basicamente US\$150,000 provenientes de sinistros judiciais com probabilidade de êxito "possível" e, apesar de não estar contabilizado, conforme determina a prática contábil,

é considerado para fins de exposição cambial. **• Risco de renda variável.** A Companhia não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. A posição de renda variável está alocada na carteira de capital no valor de R\$145 mil (R\$21.034 mil em 2011) com Mandato de Investimento próprio. **• Risco de liquidez.** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Desta forma, é mantido ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras. Em 31/12/2012 e 2011 os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e das provisões técnicas eram os seguintes:

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento			Mais de 02 anos e até 05 anos			Mais de 05 anos e até 10 anos			2012		
	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos financeiros												
Equivalente de caixa	17.249	-	-	-	-	17.249	17.249	-	-	-	-	17.249
Aplicações financeiras	923.502	581.655	126.816	13.363	1.645.336	1.693.441	48.105	-	-	-	-	1.664.099
Valor justo por meio do resultado	152.655	196	315	-	153.163	153.304	141	-	-	-	-	153.304
Disponível para venda	770.850	354.430	126.501	7.932	1.259.713	1.278.335	18.622	-	-	-	-	1.278.335
Mantido até o vencimento	-	227.029	-	5.431	232.460	261.802	29.342	-	-	-	-	232.460
Seguros e resseguros	1.670.072	71.394	65.452	32.737	2.322.460	2.382.802	-	-	-	-	-	2.382.802
Provisões técnicas												
Ativos de resseguros	143.873	24.654	123.081	6.914	-	-	-	-	-	-	4.018	302.540
Passivos de seguros (1)	1.813.945	96.048	188.533	39.646	-	-	-	-	-	-	64.559	2.202.731

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento			Mais de 02 anos e até 05 anos			Mais de 05 anos e até 10 anos			2011		
	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos financeiros												
Equivalente de caixa	30.782	-	-	-	30.782	30.782	-	-	-	-	-	30.782
Aplicações financeiras	907.472	388.684	269.369	15.756	1.581.281	1.593.900	12.619	-	-	-	-	1.585.054
Valor justo por meio do resultado	74.925	21.518	14.560	-	111.003	111.359	356	-	-	-	-	111.359
Disponível para venda	696.205	274.792	132.422	10.612	1.114.031	1.117.448	3.417	-	-	-	-	1.117.448
Mantido até o vencimento	136.342	92.374	122.387	5.144	356.247	365.093	8.846	-	-	-	-	356.247
Seguros e resseguros	1.648.466	64.515	65.946	32.104	2.322.460	2.382.802	-	-	-	-	-	2.382.802
Provisões técnicas												
Ativos de resseguros	295.840	49.093	106.853	76.180	-	-	-	-	-	-	-	527.966
Passivos de seguros (1)	1.944.306	113.608	172.799	108.284	-	-	-	-	-	-	75.659	2.414.656

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2012, principalmente, R\$56.024 de BNC - (Incurred But Not Cited) (R\$50.165 em 2011) e R\$7.221 de ULAE (R\$3.844 em 2011). **• Risco da inflação.** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexada a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos da correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco de passivo, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, a Companhia registrou aproximadamente R\$571,3 milhões (R\$489 milhões em 2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos. Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM, desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos. **• Instrumentos financeiros derivativos.** As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, com o objetivo de proteção da carteira. A utilização de instrumentos financeiros derivativos na SulAmérica obedece a normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos. Os instrumentos financeiros derivativos – swaps, opções e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimentos exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, conforme estudo de ALM. **4.4.3. Risco de subscrição.** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e riscos nas provisões. **(a) Uso de modelos internos.** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas. **(b) Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral.** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: **• Definições do produto:** análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; **• Estudo mercadológico:** avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado; reavaliação das fontes de clientes; análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; **• Expectativa de vendas:** revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; **• Precificação (pricing):** estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, verifica-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é projetada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;

Premissas	AUTO		RIC*	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade..	(21.418)	(21.390)	(4.546)	(3.045)
Administrativas	(3.653)	(3.653)	(554)	(554)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(4.406)	(4.406)	(571)	(571)
				(2011)
				(2012)

• Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude, lavagem de dinheiro e sustentabilidade. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos, alterações de produtos existentes ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia. **(c) Análise de sensibilidade dos negócios de seguros.** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, por ramo de atuação, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de aquisição:

Premissas	AUTO		RIC*	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade..	(20.394)	(20.394)	(4.738)	(2.987)
Administrativas	(3.006)	(3.006)	(479)	(479)
Aumento de 1% nos custos de aquisição	(4.563)	(4.563)	(677)	(677)

*** RIC: Riscos Industriais e Comerciais. (d) Risco na provisão.** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuária internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: **• Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; **• Recálculo das provisões técnicas:** Periodicamente são realizados cálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; **• Acompanhamento da variação das provisões técnicas:** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas para acompanhamento da sua adequação; **• Controle estatístico de qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar variação nos padrões são principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas. A seguir, as tabelas que refletem a evolução das provisões de sinistros administrativos e judiciais nos últimos exercícios:

4.4.1. Operações de seguros. Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de crédito para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (Impairment) dos prêmios a receber. **4.4.1.2. Operações de resseguro.** Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: Cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por rating e limite de crédito por ressegurador. A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer alteração a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão. Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente são produzidos relatórios com uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios. A exposição total a risco de crédito de operações de resseguro considera além dos ativos de resseguro, todo e qualquer valor que possa impactar a Companhia em caso de falência do ressegurador, como por exemplo, o capital regulatório de subscrição adicional que a SulAmérica deveria constituir caso os resseguradores não honrassem as suas obrigações. A exposição em 31/12/2012 é de R\$328.875 (R\$580.544 em 2011).

	2012	2011
Ramos		
Automóvel	2.228	313
Cascos	30.619	28.700
Condominial	8.732	7.471
Empresarial	22.551	21.083
Habitacional	4.205	1.603
Patrimonial demais	131.567	294.494
Responsabilidades	25.756	80.856
Riscos especiais	8.148	15.683
Riscos financeiros	1.470	30.405
Transporte nacional	2.447	6.022
Transportes demais	86.348	81.210
Outros	6.104	12.704
Total	328.875	580.544

Classe	Categoria de risco	Exposição	%	Exposição	%
Local	A-	235.444	71,6%	386.822	66,6%
Local	-	15.664	4,8%	45.153	7,8%
Eventual	A-	1.237	0,4%	1.792	0,3%
Eventual	A	584	0,2%	2.875	0,5%
Eventual	A+	27.371	8,3%	6.627	1,1%
Eventual	AA-	-	0,0%	73.236	12,6%
Admitido	A-	107	0,0%	134	0,1%
Admitido	A	369	0,1%	3.290	0,6%
Admitido	A+	11.397	3,5%	7.086	1,2%
Admitido	AA	35.833	10,9%	53.477	9,2%
Admitido	AA	869	0,2%	52	0,0%
Total		328.875	100,00%	580.544	100,00%

Em 31/12/2012, há basicamente R\$328.875 em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais com probabilidade de êxito "possível" e, portanto, não está contabilizado, conforme determina a prática contábil. **Ressegurador admitido: Sediado no exterior, com escritório de representação no País; Ressegurador eventual: Sediado no exterior e sem escritório de representação no País; e Ressegurador local: Sediado no País.** **4.4.2. Risco de mercado.** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, commodities, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: **• Processo de gerenciamento de ativos e passivos (ALM – Assets and Liabilities Management)** monitorado regularmente pelo ALCO (Assets and Liabilities Committee); **• Elaboração de Mandatos de Investimentos** estabelecidos, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez; **• Instrumentos derivativos** para diminuir os impactos da taxa de juros; **• Limites máximos de VaR (Value at Risk)** e análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; **• Análises de fluxo de caixa** projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; **• Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.** **• Processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização – ALM.** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI). Apenas 2,24% em 31/12/2012 (0,97% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI. O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de reserva técnica. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, duration, etc). Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descausamento entre ativos e passivos, bem como tomar eficiente a alocação dos ativos. **(a) Acompanhamento do ALM e risco de mercado.** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações e a carteira de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos no dia. **• Cenários econômicos internacionais e nacionais,** além dos pontos julgados relevantes na data. **• Métricas de risco.** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o stress testing tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (worst case scenario). Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e stress testing, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ações e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e 2011, contemplando as operações compromissadas dos fundos de investimentos exclusivos, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica "Equivalentes de Caixa".

Ano	R\$ milhões				
	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão de sinistros judiciais contabilizada	299,45	478,43	476,72	565,61	647,25
Efeito do desconto financeiro	(5,19)	(4,63)	(4,84)	(6,33)	(22,41)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	304,64	483,06	481,56	571,94	669,66
Estimativa de sinistros acumulada:					
No final do ano	304,63	483,05	481,56	571,94	669,67
Um ano depois	373,21	606,38	494,48	585,75	687,42
Dois anos depois	440,74	602,18	438,08	596,50	714,16
Três anos depois	466,89	555,48	460,28	633,69	641,73
Quatro anos depois	378,51	567,93	496,24	553,75	-
Cinco anos depois	387,93	566,99	433,76	-	-
Seis anos depois	407,63	547,23	-	-	-
Sete anos depois	381,60	-	-	-	-
Estimativa de sinistros acumulada até 2012	381,60	547,23	433,76	553,75	641,73
Responsabilidade reconhecida até 2012	372,12	487,80	412,88	519,54	590,00
Responsabilidade reconhecida em 2012	9,43	11,01	0,45	13,33	17,51
Desconto financeiro reconhecido em 2012	(0,02)	(0,08)	(0,11)	(0,90)	(1,95)

Ano	R\$ milhões				
	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão de sinistros judiciais contabilizada	179,46	274,27	414,40	402,78	321,06
Efeito do desconto financeiro	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	179,46	274,27	414,40	402,78	321,06
Estimativa de sinistros acumulada:					
No final do ano	179,46	274,27	414,40	402,78	321,06
Um ano depois	285,51	397,21	430,48	367,97	-
Dois anos depois	409,46	440,09	401,36	-	-
Três anos depois	449,16	408,32	-	-	-
Quatro anos depois	423,74	-	-	-	-
Estimativa de sinistros acumulada até 2012	423,74	408,32	401,36	367,97	321,06
Pagamentos acumulados até 2012	196,87	167,20	133,42	77,64	-
Responsabilidade reconhecida em 2012	226,87	14,25	26,82	22,39	30,73

operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos; • **Construção** de uma base de dados; O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas; • **Software para gestão do risco operacional:** Encontra-se implementado um *software* customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Este nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas em sistema de Gestão de Processos e da Bases de Perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das Normas de Procedimentos Internos com os respectivos macroprocessos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de *Compliance*/Controles Internos e o módulo de Auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas. (c) **Continuidade de negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.4.5. Risco estratégico:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • **Risco de planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica; • **Recursos humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilitação, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; • **Indicadores de metas:** Avaliação inadequada de desempenho; • **Custo de oportunidade:** Redução ao valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; • **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando diretamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; • **Preço:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; • **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da Companhia. (a) **Gestão do risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento da COPA e aprovados pelo seu Comitê. O COPA também possui como atribuições: • Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido; • Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas; • Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos; • Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da empresa; • Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão - o *Balanced ScoreCard* (BSC) - que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de risco. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para cada unidade de negócio para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da Companhia. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **4.4.6. Risco legal e compliance:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Risco com órgãos reguladores; (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas; (iii) Risco de lavagem de dinheiro; (iv) Risco de reputação; e (v) Risco de contratos. • **Gestão do risco legal:** Presente em cada unidade de negócio e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. • **Gestão do risco de compliance:** (a) **Auto-avaliação** e de controles internos: A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades-chaves e seus processos, identificação de riscos, controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.5. Gestão do capital:** A Companhia atua mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador. Conforme citado nos itens anteriores, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseada em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos. Atualmente, a Companhia possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da Companhia seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios da empresa, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis: - Capital para risco de subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação; - Capital para risco de mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio, moedas estrangeiras e outros ativos; - Capital para risco de crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos; - Capital para risco operacional e legal; e - Capital para risco estratégico. Através dos resultados obtidos dos modelos internos, são calculados e monitorados mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia os seguintes indicadores: - **ROEC:** Retorno sobre o capital econômico; - **ROXC:** Retorno sobre o excesso de capital; - **ROAC:** Retorno sobre o capital aloca-do. Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro em relação ao risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da empresa no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados para a adequação e gestão de riscos da Companhia. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da Companhia:

	2012	2011
Patrimônio líquido contábil	2.562.738	2.259.687
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas.....	(1.500.380)	(1.277.136)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro.....	(7.094)	(11.343)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.....	(3.623)	(3.623)
Ativos intangíveis.....	(53.009)	(40.101)
Obras de arte.....	(28)	(28)
Patrimônio líquido ajustado - PLA(a)	998.604	927.456
Margem de solvência		
0,20 dos prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses.....	521.073	503.542
0,33 dos sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses.....	487.034	431.854
Máximo entre prêmios e sinistros	521.073	503.542
Capital base (b).....	15.000	15.000
Capital adicional (e).....	635.962	609.051
Capital adicional de risco de subscrição (c).....	560.457	528.112
Capital adicional de risco de crédito (d).....	129.152	138.146
Capital Mínimo Requerido - CMR(b) + (e)	649.692	624.051
Maior entre CMR e margem de solvência (f)	649.692	624.051
Suficiência de capital - R(g) = (a) - (f).....	348.642	303.405
Suficiência de capital - % (h) = (g) / (a).....	34,91%	32,71%
(e) Obtido pela fórmula $v((c)^2 + (d)^2 + (e)^2)$		

5. Instrumentos financeiros derivativos: 5.1. Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, tem por finalidade única a proteção das variações cambiais e flutuação das taxas de juros. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nacional)		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar/ pago	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros:							
Compromisso de compra de Moeda							
Estrangeira.....	2013	2.567	9.870	2.567	9.870	-	803
5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2012 e 2011, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e de opções mantidos em fundos de investimento por meio do resultado, são compostos e valores demonstrados a seguir:							

7. Aplicações: 7.1. Composição das aplicações

Títulos de renda fixa - Privados	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
Certificados de depósito bancário	-	-	392.299	395.195	-	-	-	395.195
Pós-fixado CDI.....	-	-	136.750	136.803	-	-	107,12%CDI	136.803
Pós-fixado IPCA.....	-	-	14.103	16.199	-	-	IPCA + 7,97%a.a	16.199
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI.....	-	-	31.268	31.402	-	-	109,12%CDI	31.402
Pós-fixado IPCA.....	-	-	3.526	3.683	-	-	IPCA + 5,1%a.a.	3.683
Letras financeiras.....	-	-	206.652	207.108	-	-	110,49%CDI	207.108
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	867.258	882.995	232.460	261.802	-	1.115.455
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	549.895	549.811	-	-	SELIC	549.811
Títulos da dívida agrária.....	-	-	30.749	30.937	-	-	TR+8,28%a.a.	30.937
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA.....	-	-	286.614	302.247	232.460	261.802	IPCA + 4,85%a.a	534.707
Títulos de renda variável	-	-	156	145	-	-	-	145
Ações.....	-	-	156	285	-	-	-	285
Impairment.....	-	-	-	(140)	-	-	-	(140)
Quotas de fundos de investimentos	153.163	153.304	-	-	-	-	-	153.304
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	147.167	147.167	-	-	-	-	-	147.167
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	5.996	6.137	-	-	-	-	-	6.137
Debêntures pós-fixado CDI.....	987	987	-	-	-	-	100%CDI	987
Letras financeiras.....	2.668	2.669	-	-	-	-	106,95%CDI	2.669
Letras financeiras do tesouro.....	2.070	2.070	-	-	-	-	SELIC	2.070
Bônus do tesouro nacional.....	281	421	-	-	-	-	-	421
Outros.....	(10)	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Total	153.163	153.304	1.259.713	1.278.335	232.460	261.802	14,0%	1.664.099
%.....		9,2%		76,8%				100%
Outras aplicações								1.669.754
Total								1.432.881
Circulante								236.873
Não circulante								2011

Títulos de renda fixa - Privados	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
Certificados de depósito bancário	-	-	425.469	427.447	-	-	-	427.447
Pré-fixado.....	-	-	109.967	110.503	-	-	12,7%a.a	110.503
Pós-fixado CDI.....	-	-	140.853	140.986	-	-	105,32%CDI	140.986
Pós-fixado IPCA.....	-	-	12.357	13.257	-	-	IPCA + 7,97%a.a	13.257
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado.....	-	-	22.471	22.500	-	-	12,65%a.a	22.500
Pós-fixado CDI.....	-	-	5.817	5.826	-	-	108%CDI	5.826
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI.....	-	-	32.348	32.641	-	-	106,48%CDI	32.641
Letras Financeiras.....	-	-	101.656	101.734	-	-	112%CDI	101.734
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	688.412	689.873	356.247	365.093	-	1.046.120
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	580.318	580.346	-	-	SELIC	580.346
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA.....	-	-	108.094	109.527	356.247	365.093	IPCA + 6,12%a.a	465.774
Títulos de renda variável	-	-	150	268	-	-	-	128
Ações.....	-	-	150	128	-	-	-	266
Impairment.....	-	-	-	(138)	-	-	-	(138)
Quotas de fundos de investimentos	111.003	111.359	-	-	-	-	-	111.359
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	24.060	24.060	-	-	-	-	-	24.060
Quotas de fundos de investimentos exclusivos.....	66.037	66.393	-	-	-	-	-	66.393
Letras financeiras do tesouro.....	64.997	64.997	-	-	-	-	SELIC	64.997
Bônus do tesouro nacional.....	1.082	1.433	-	-	-	-	-	1.433
Outros.....	(37)	(37)	-	-	-	-	-	(37)
Quotas de fundos de investimentos em ações.....	20.906	20.906	-	-	-	-	-	20.906
Total	111.003	111.359	1.114.031	1.117.448	356.247	365.093	22,5%	1.585.054
%.....		7,0%		70,5%				100%
Outras aplicações								5.279
Total								1.590.333
Circulante								1.366.624
Não circulante								223.709

7.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2011	118.700	1.362.919	385.731	1.867.350
Aplicações.....	342.200	1.660.563	-	2.002.763
Rendimento resgate.....	(9.890)	(123.670)	(32.486)	(166.046)
Principal resgate.....	(351.953)	(1.935.600)	(42.836)	(2.330.389)
Resultado financeiro.....	12.947	150.859	45.838	209.644
Outros recebimentos / (pagamentos).....	(645)	(125)	-	(770)
Ajuste a valor de mercado.....	-	2.502	-	2.502
Saldo em 31/12/2011	111.359	1.117.448	356.247	1.585.054
Valor justo por meio do resultado	111.359	1.117.448	356.247	1.585.054
Aplicações.....	378.328	948.364	-	1.326.692
Rendimento resgate.....	(10.072)	(95.514)	(53.328)	(158.914)
Principal resgate.....	(342.675)	(809.844)	(105.726)	(1.258.245)
Resultado financeiro.....	16.458	102.704	35.267	154.429
Outros recebimentos / (pagamentos).....	(94)	(28)	-	(122)
Ajuste a valor de mercado.....	-	15.205	-	15.205
Saldo em 31/12/2012	153.304	1.278.335	352.460	1.664.099

7.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar o risco de perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado do ativo de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de uma *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
IPCA.....	1.307	-
Taxa referencial.....	(28)	-
Renda variável.....	(1)	(2)
Outros.....	(75)	-
Total	1.203	(2)
Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado.....	8	-
IPCA.....	1.141	-
Taxa referencial.....	1	-
Renda variável.....	(2)	-
Outros.....	(4)	-
Total	1.148	-

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a *effective duration* ser de apenas 1 dia

Descrição	Redução do valor recuperável - Impairment		
	Prêmios	Total	
Saldo em 01/01/2011	619.024	(8.984)	610.040
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	3.151.289	(4.069)	3.147.220
RVNE	3.528	–	3.528
Recebimentos/reversão	(3.137.654)	4.629	(3.132.975)
Saldo em 31/12/2011	609.237	(8.424)	600.813
Circulante	–	–	590.513
Não circulante	–	–	10.300

Descrição	Redução do valor recuperável - Impairment		
	Prêmios	Total	
Saldo em 31/12/2011	609.237	(8.424)	600.813
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	3.140.008	(3.006)	3.137.002
RVNE	(13.981)	–	(13.981)
Recebimentos/reversão	(3.137.665)	4.317	(3.133.348)
Saldo em 31/12/2012	597.599	(7.113)	590.486
Circulante	–	–	585.336
Não Circulante	–	–	5.150

8.2. Prêmio a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
A vencer				
A vencer entre 01 e 30 dias	262.832	260.537	112.660	113.916
A vencer entre 31 e 60 dias	147.622	157.739	24.904	25.483
A vencer entre 61 e 180 dias	24.904	25.483	5.150	10.300
A vencer entre 181 e 365 dias	5.150	10.300	553.168	567.975
A vencer acima de 365 dias	553.168	567.975	(5.150)	(1.056)
Redução ao valor recuperável - Impairment	(5.150)	(1.056)	552.650	566.919

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Vencidos				
Vencidos entre 01 e 30 dias	30.805	27.140	2.643	1.822
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.643	1.822	3.451	3.571
Vencidos entre 61 e 180 dias	2.473	1.354	5.059	7.375
Vencidos entre 181 e 365 dias	5.059	7.375	44.431	41.262
Vencidos acima de 365 dias	44.431	41.262	(6.595)	(7.369)
Redução ao valor recuperável - Impairment	(6.595)	(7.369)	37.836	33.884

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Total	597.599	609.237	597.599	609.237
Redução ao valor recuperável - Impairment (a)	(7.113)	(8.424)	–	–
Total	590.486	600.813	590.486	600.813

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissões, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (rating) de probabilidade de perda, e para pessoa física, é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro. 9. Ativos e passivos de resseguro: 9.1. Dependendo com resseguradoras:

Descrição	Ativo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
IRB - Conta movimento (a)	–	–	10.397	10.216
Adiantamento de sinistro	–	–	16.760	15.538
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão (b)	12.927	25.628	23.643	40.366
Juros sobre prêmios	–	–	4.046	3.963
Salvados e ressarcimentos	–	–	5.244	14.573
Impairment	(2.521)	(1.624)	–	–
Total	10.401	24.004	60.090	84.656
Circulante	10.406	24.004	58.078	80.631
Não circulante	–	–	2.012	4.025

(a) Contempla operações com o IRB relativas a prêmios, sinistros, salvados e ressarcimentos; (b) Contempla valores de prêmios de contrato de resseguro não proporcional para cobertura de carteira e valores de reintegração de prêmios das operações de resseguro não proporcional.

9.2. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas:

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar/ IBNR e outros					
	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar/ IBNR e outros		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Danos	50.208	89.390	252.123	438.431	302.331	527.821
Pessoas	193	127	16	18	209	145
Total	50.401	89.517	252.139	438.449	302.540	527.966
Circulante	39.044	71.783	162.659	270.622	201.703	342.405
Não circulante	11.357	17.734	89.480	167.827	100.837	185.561

9.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

Descrição	Danos		Pessoas		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo em 01/01/2011	80.443	–	80.443	–	80.443	–
Emissões/RVNE	218.044	951	218.995	–	219.946	–
Cancelamentos	(79.289)	(56)	(79.345)	–	(79.345)	–
Amortizações	(129.808)	(768)	(130.576)	–	(130.576)	–
Saldo em 31/12/2011	89.390	127	89.517	–	89.517	–
Circulante	–	–	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–	–	–
PPNG						
Saldo em 31/12/2011	89.390	127	89.517	–	89.517	–
Emissões/RVNE	161.637	372	162.009	–	162.009	–
Cancelamentos	(59.210)	(11)	(59.221)	–	(59.221)	–
Amortizações	(141.609)	(295)	(141.904)	–	(141.904)	–
Saldo em 31/12/2012	50.208	193	50.401	–	50.401	–
Circulante	–	–	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–	–	–

9.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar/ IBNR e outros:

Descrição	Danos		Pessoas		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo em 01/01/2011	365.728	98	365.826	–	365.826	–
Adições/ Baixa	60.548	16	60.564	–	60.564	–
Variação Cambial	16.019	–	16.019	–	16.019	–
Variação IBNR/IBNC	(5.477)	(96)	(5.573)	–	(5.573)	–
Saldo em 31/12/2011	436.818	18	436.836	–	436.836	–
Outros Ativos de Resseguros em 31/12/2011	1.613	–	1.613	–	1.613	–
Total	438.431	18	438.449	–	438.449	–
Circulante	–	–	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–	–	–
PPNG						
Saldo em 31/12/2011	436.818	18	436.836	–	436.836	–
Adições/ Baixa	(193.602)	(8)	(193.610)	–	(193.610)	–
Variação Cambial	3.023	–	3.023	–	3.023	–
Variação IBNR/IBNC	4.029	2	4.031	–	4.031	–
Saldo em 31/12/2012	250.268	12	250.280	–	250.280	–
Outros Ativos de Resseguros em 31/12/2012	1.855	4	1.859	–	1.859	–
Total	252.123	16	252.139	–	252.139	–
Circulante	–	–	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–	–	–

10. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 10.1. Créditos tributários e previdenciários:

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Impostos a compensar/ recuperar (Nota 10.1.1)	47.954	34.208	236.820	213.749
Créditos tributários (Nota 10.1.2)	284.774	247.957	45.082	34.208
Total	332.728	282.165	281.902	247.957
Circulante	–	–	–	–
Não circulante	–	–	–	–

10.1.1. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	29.347	15.955	14.312	9.196
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	655	1.325	–	–
Programa de integração social - PIS	–	–	–	–
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3.185	7.308	47.954	34.208
Outros	455	424	–	–
Total	47.954	34.208	45.082	34.208
Circulante	–	–	–	–
Não circulante	–	–	–	–

10.1.2. Movimentação dos créditos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2011		Consti-tuição		Realiza-ção		Saldo em 31/12/2011	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	133.467	15.912	(6.810)	–	142.569	–	–	–
Redução ao valor recuperável de créditos	7.688	–	(310)	–	7.378	–	–	–
Provisões indedutíveis	7.591	1.441	(4.196)	–	4.836	–	–	–
Amortização de ágio	(365)	–	–	–	(365)	–	–	–
Custo de apólice	–	58.122	(27.484)	–	30.638	–	–	–
Participações nos lucros	932	941	(932)	–	941	–	–	–
Outros	(143)	–	(1.403)	–	(1.546)	–	–	–
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	149.170	76.416	(41.135)	–	184.451	–	–	–
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	7.057	–	(3.434)	–	3.623	–	–	–
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	25.699	–	(14)	–	25.675	–	–	–
Total dos créditos tributários	181.916	76.416	(44.583)	–	213.749	–	–	–
Atualizações de depósitos judiciais	(27.363)	(13.535)	–	–	(40.898)	–	–	–
Resultado no exterior	(252)	–	–	–	(252)	–	–	–
Outros	(1.156)	–	–	–	(1.156)	–	–	–
Total dos débitos tributários	(28.771)	(13.535)	–	–	(42.306)	–	–	–
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	153.145	62.881	(44.583)	–	171.443	–	–	–

Descrição	Saldo em 31/12/2011		Consti-tuição		Realiza-ção		Saldo em 31/12/2012	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	142.569	23.350	(5.062)	–	160.857	–	–	–
Redução ao valor recuperável de créditos	7.378	9.463	–	–	16.841	–	–	–
Provisões indedutíveis	4.836	3.930	(1.545)	–	7.221	–	–	–
Amortização de ágio	(365)	–	–	–	(365)	–	–	–
Custo de apólice	30.638	42.438	(51.859)	–	21.217	–	–	–
Participações nos lucros	941	1.015	(942)	–	1.014	–	–	–
Outros	(1.546)	1.507	–	–	(39)	–	–	–
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	184.451	81.703	(59.408)	–	206.746	–	–	–
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	3.623	–	–	–	3.623	–	–	–
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	25.675	776	–	–	26.451	–	–	–
Total dos créditos tributários	213.749	82.479	(59.408)	–	236.820	–	–	–
Atualizações de depósitos judiciais	(40.898)	(11.650)	–	–	(52.548)	–	–	–
Resultado no exterior	(252)	–	–	–	(252)	–	–	–
Outros	(1.156)	–	–	–	(1.156)	–	–	–
Total dos débitos tributários	(42.306)	(11.650)	–	–	(53.956)	–	–	–
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	171.443	70.829	(59.408)	–	182.864	–	–	–

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. Em 31/12/2012, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social a compensar de R\$24.151 é oriundo do exercício de 2004, e sua total realização está prevista para 2013. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2012 R\$390.538 e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$92.089. Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2012. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. 11. Outros créditos oper

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sul América S.A. (b) (c) (d) (e).....	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	131	125	31.775	21.047	192	181	-	-
Sulasapar Participações S.A.(d).....	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	66	63	-	-	96	91	-	-
SAEPAR Serviços Participações S.A. (b) (d) (e).....	Controladora	Sul América S.A.	1.395	1.385	83.121	57.796	2.788	2.848	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (e).....	Controlada	Sul América Cia Nacional de Seguros	60.584	44.129	17	-	7.784	6.570	(17)	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (d) (e).....	Controlada	Sul América Cia Nacional de Seguros	145	414	4	5	60	181	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (d) (e) (h).....	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	33	28	269	314	99	32	(3.645)	(3.991)
Sul América Seguro Saúde S.A. (d) (e).....	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4.593	4.389	157	-	12.565	11.274	(414)	(276)
Sul América Seguros de Pessoa e Previdência S.A. (d) (e) (g).....	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	16.936	18.437	670	-	3.886	4.573	(495)	(507)
Nova Ação Participações S.A. (d).....	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	66	63	-	-	96	91	-	-
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d) (e).....	Controlada Indireta	Sul América Seguro Saúde S.A.	156	-	-	-	130	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A.(d) (e).....	Controlada Indireta	Sul América Seguro Saúde S.A.	262	588	1	-	383	363	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A.(e) (f).....	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	59	1	-	419	2.888	(3.027)	(7.612)
Sul América Odontológico S.A. (e).....	Controlada Indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	-	-	-	-	-	-	-
- SULACAP (e) (d).....	Ligada	Outros	83	39	-	-	-	6	(98)	(60)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (f).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	(1.319)	(1.676)	-
Gouveia Vieira Advocacia (f).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	(2.885)	(2.594)	-
Gouveia Vieira Advogados Associados (f).....	Outros	Outros	-	-	-	-	-	(1.883)	(1.690)	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a) (d).....	Outros	Outros	-	-	413	413	4	-	-	-
Total			84.452	69.719	116.428	79.575	28.502	29.098	(11.183)	(16.066)

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou recebidos entre acionistas, titulares ou sócios da Sul América; (b) Referência a juros sobre capital próprio a serem distribuídos ou recebidos entre acionistas, titulares ou sócios da Sul América; (c) Refere-se a reembolso às empresas da Sul América que pagaram seus funcionários com plano geral de compras de ações (Stock options) de emissão da SASA; (d) Reembolso entre as empresas referente ao aluguel de imóveis; (e) Valor referente ao rateio e reembolso de despesas relativas a utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa; (f) Refere-se ao seguro saúde a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela Sul América; (g) Refere-se a seguro de vida grupal e plano de previdência privada contratado pela Companhia junto à SULASEG, para seus colaboradores; (h) Refere-se à taxa de administração a controlada SAMI, por serviços de gestão de ativos; (i) Refere-se a contratação de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente. Em 2012, a Companhia recebeu de suas controladas dividendos no montante de R\$44.224 (R\$12.445 em 2011) da CIA. SAÚDE e R\$304 (R\$245 em 2011) da SASG, referentes ao exercício de 2011, e pagou os montantes de R\$18.704 (R\$48.912 em 2011) à SASA e R\$57.796 (R\$151.137 em 2011) à SAEPAR, referentes a juros sobre o capital próprio provisionados no exercício de 2011. 19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

2012	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego		Remuneração baseada em ações em		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Contas a pagar.....	7.156	7.931	4.874	19.961	-	-	19.961
Despesas.....	(15.035)	(3.834)	(2.514)	(21.383)	-	-	(21.383)
Contas a pagar.....	3.746	6.813	2.337	12.896	-	-	12.896
Despesas.....	(9.086)	(1.892)	(2.337)	(13.315)	-	-	(13.315)

(a) Referente à remuneração de executivos da Companhia, baseada em ações da SASA, conforme nota 3.10. 20. Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2012, o saldo de R\$70.953 (R\$78.771 em 2011) da rubrica "Outros Créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$69.986 (R\$77.879 em 2011). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: (a) Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2012 corresponde a R\$ 19.742 (R\$18.458 em 2011) registrados na rubrica "Despesas Administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindir unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. (b) São Paulo: Em 04/12/2011, a Companhia, CIA SAÚDE, SAÚDE e SULASEG renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que irá expirar em 03/11/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.664, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 30% sobre este montante. 21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	2012			2011
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais	
Fiscais:				
COFINS.....	108.224	-	92.723	-
PIS.....	136.109	-	126.134	-
Contribuição social.....	69.233	-	59.079	-
Imposto de renda.....	37.477	19	25.860	-
Outros.....	30.974	-	7.600	-
Previdenciárias:				
INSS.....	141.521	120.661	-	-
Trabalhistas e cíveis:				
Ações trabalhistas.....	46.777	29.818	-	-
Ações cíveis.....	39.694	95.773	-	-
Outras ações.....	-	1.337	-	-
Total	610.009	247.608	311.396	-
Circulante	-	36.050	-	-
Não circulante	610.009	211.558	311.396	-

Descrição	2012			2011
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais	
Fiscais:				
COFINS.....	102.365	-	87.579	-
PIS.....	128.325	-	101.154	-
Contribuição social.....	56.957	10.999	51.911	-
Imposto de renda.....	21.201	-	23.399	-
Outros.....	34.608	2.094	5.130	-
Previdenciárias:				
INSS.....	128.397	107.747	597	-
Trabalhistas e cíveis:				
Ações trabalhistas.....	27.545	20.770	-	-
Ações cíveis.....	33.887	102.954	-	-
Total	533.285	244.564	269.770	-
Circulante	-	24.332	-	-
Não circulante	533.285	220.232	269.770	-

21.1. Movimentação das provisões para ações judiciais

Cíveis e trabalhistas:	Saldos em 01/01/2011		Atualizações monetárias	(Pagamentos)/ (baixas)	Saldos em 31/12/2011
	Adições	Adições			
Cíveis.....	97.752	27.233	7.450	(29.452)	102.954
Trabalhistas.....	26.352	2.376	(1.136)	(6.822)	20.770
Outros.....	-	-	-	-	-
Total	124.075	29.609	6.314	(36.274)	123.724
Tributárias:					
PIS.....	105.714	-	1.294	(5.854)	101.154
COFINS.....	77.957	3.007	6.615	-	87.579
CSLL.....	46.661	13.337	2.912	-	62.910
Imposto de renda.....	12.036	10.067	1.300	-	23.399
Outros.....	20.544	(9.535)	993	7.224	26.954
Total	262.908	16.876	13.114	(10.632)	282.266
Previdenciárias:					
INSS.....	93.760	7.868	6.716	-	108.344
Total	480.743	54.353	26.144	(46.906)	514.334

Cíveis e trabalhistas:	Saldos em 31/12/2011		Atualizações monetárias	(Pagamentos)/ (baixas)	Saldos em 31/12/2012
	Adições	Adições			
Cíveis.....	102.954	18.714	(2.706)	(23.189)	95.773
Trabalhistas.....	20.770	11.789	(1.453)	(1.288)	29.818
Outros.....	-	1.001	355	(19)	1.337
Total	123.724	31.504	(3.804)	(24.496)	126.928
Tributárias:					
PIS.....	101.154	18.981	6.000	(1)	126.134
COFINS.....	87.579	-	5.147	(3)	92.723
CSLL.....	62.910	6.252	4.370	(14.453)	59.079
Imposto de renda.....	23.399	6.048	1.582	(5.150)	25.879
Outros.....	7.224	143	408	(175)	7.600
Total	282.266	31.424	17.507	(19.782)	311.415
Previdenciárias:					
INSS.....	108.344	7.217	5.810	(710)	120.661
Total	514.334	70.145	19.513	(44.988)	559.004

Em 31/12/2012, o valor total em discussões dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$294.595 (R\$253.217 em 2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$176.832 (R\$161.689 em 2011) refere-se principalmente a obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$117.763 (R\$91.528 em 2011) inclui o montante de

R\$39.715 (R\$38.854 em 2011) relativo aos autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007. 21.2. Ações fiscais: As principais ações fiscais da Companhia, em 31/12/2012 e 2011, são: (a) COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados estão provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. (b) PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 20% e sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. (c) INSS: A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. (d) IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se ineditável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia optou por liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. (e) CSLL: De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. As demandas judiciais referentes às ações fiscais anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. 21.3. Contingências: As principais contingências da Companhia, em 31/12/2012 e 2011, são: (a) INSS: A Companhia questiona e depositou judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em dezembro de 2010, a Companhia obteve decisão favorável no processo da Lei nº 84/1996 relativos aos prestadores médicos, tendo transitado em julgado os acordados que admitiram o nosso pleito. Os depósitos efetuados na vigência da ação foram levantados. A Companhia obteve provimento ao recurso especial interposto referente à Lei nº 9.876/1999, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos profissionais da área de saúde. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda. 22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 2011 é R\$1.250.000 dividido em 409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 22.2. Reserva de capital: Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Sul América Saúde Companhia de Seguros - SULASAÚDE, anteriormente denominada Brasília Saúde Companhia de Seguros "BRASILSAÚDE" pela controlada indireta "SAÚDE", quando passou a deter a totalidade do capital da SULASAÚDE. A Companhia detém, indiretamente, 63,50% do capital social da SAÚDE e registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional à sua participação. 22.3. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 22.4. Reserva estatutária: Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. 22.5. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 22.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. 22.7. Distribuição do resultado: Em 31/12/2012 e 2011, a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações.....	436.265	364.376
(-) Impostos e contribuições.....	(14.336)	(34.495)
(-) Participações.....	(12.688)	(11.767)
Lucro líquido do exercício	409.181	320.114
(-) Constituição do reserva legal (5%).....	(20.459)	(16.006)
Lucro líquido ajustado	388.724	304.108
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	97.181	76.027
(-) Juros sobre capital próprio líquido a ser considerado no dividendo.....	110.021	76.500
Bruto.....	129.437	90.000
Imposto de renda.....	(19.416)	(13.500)
Total dos dividendos obrigatórios (a)	97.181	76.027
Juros sobre capital próprio líquido excedente ao dividendo obrigatório (b).....	12.840	473
Total dos dividendos propostos e juros sobre capital próprio (a) + (b)	110.021	76.500
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária.....	259.287	214.108
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	259.287	214.108

23. Detalhamento das contas do resultado. 23.1. Principais ramos de atuação

Descrição	2012			2011		
	Prêmios ganhos	Sinis-tralidade	Comissio-namento	Prêmios ganhos	Sinis-tralidade	Comissio-namento
Automóveis.....	2.283.436	64,70%	25,20%	2.170.160	64,08%	25,68%
Transportes.....	93.285	48,80%	19,20%	121.784	55,95%	19,95%
Incêndio (a).....	46.225	-73,80%	16,90%	63.041	268,73%	13,05%
Riscos Diversos.....	8.768	39,70%	28,50%	30.932	43,21%	18,43%
Responsabilidade Civil.....	57.345	13,50%	8,20%	28.040	7,51%	16,85%
Outros.....	267.153	29,40%				

Sul América Companhia Nacional de Seguros

C.N.P.J. Nº 33.041.062/0001-09

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	2012		2011	
	Base Tributos	Líquido	Base Tributos	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.205	(6.082)	9.123	2.502
			(1.002)	1.500

25. Outras informações - Seguros: É política das controladas manter cobertura de seguros para os imóveis que a SulAmérica utiliza, sejam eles próprios ou alugados, sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Itens	Tipo de cobertura	Valor da cobertura	
		2012	2011
Imóveis	Quaisquer danos materiais aos imóveis, instalações e máquinas e equipamentos (a)	401.493	370.972
Veículos	Incêndio, roubo e colisão	-	59
Total		401.493	371.031

(a) A variação refere-se ao aumento da cobertura de perda de aluguel e incêndio após revisão da apólice de seguro do imóvel do Morumbi. As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. **26. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais**

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	409.183	320.114
Mais		
Depreciações e amortizações	21.187	21.619
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	8.819
Juros e variações monetárias de ações judiciais e obrigações fiscais	19.513	26.144
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS)	-	19
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	258
Outros	2.550	165

Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(268.428)	(198.571)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(44.283)	(35.869)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(718)	(1.282)
Outros	(761)	(184)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações	(64.216)	281.694
Variação de créditos das operações de seguros e resseguros	27.855	76.670
Variação de outros créditos operacionais	(55.473)	(164.461)
Variação de ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	225.426	(79.819)
Variação de títulos e créditos a receber	18.546	(65.220)
Variação de outros valores e bens	10.755	(6.561)
Variação de despesas antecipadas	11.131	(7.179)
Variação de custos de aquisição diferidos	(6.803)	31.242
Variação de contas a pagar	21.518	(30.859)
Variação de débitos das operações com seguros e resseguros	(22.297)	(49.860)
Variação de depósitos de terceiros	(6.507)	(2.977)
Variação de provisões técnicas - Seguros	(211.924)	112.424
Variação de outros débitos	959	5.346
Variação de débitos diversos	(377)	(377)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	86.836	241.295

27. Evento subsequente:

27.1. Incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A.: Em 31/01/2013 foi aprovada a incorporação da controlada indireta Sul América Seguro Saúde S.A. pela controlada direta Sul América Companhia de Seguro Saúde. Tal incorporação está condicionada à prévia autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e visa otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica. **27.2. Normas novas regulatórias:** Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP Nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP Nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP Nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-presidente:** Arthur John Kalita. **Conselheiros:** Kevin Martins; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Carlos Infante Santos de Castro; Christian Frank; Marcelo Viveiros de Moura; Fernando Alves Meira; Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão.

Diretoria: Presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Diretores vice-presidente:** Arthur Farne d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Matias Antonio Romano de Avila; e Renato Bueno Terzi. **Diretores:** Anderson Lima de Mello; André Luiz Lauzana dos Santos; André Machado Caldeira; Bruno Peixoto de Alencar Sardinha; Carlos Alexandre Baldaque Guimarães; Carolina de Molla; Cristiano Donisete Barbieri; Eduardo Stefanello Dal Ri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Gilson Bochernitsan; José Carlos dos Santos Vieira; José Fernando Conforto; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Luis Alberto Aguado Mourão; Marco Antonio Neves; e Vanessa Angélica Campos Pina.

Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7; **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Parecer atuarial

Com base em 31 de dezembro de 2012, elaboramos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas, dos limites de retenção e dos demais aspectos atuariais da Companhia, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, na Resolução CNSP nº 135/2005 e Circular SUSEP nº 452/2012. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião técnica sobre a adequação dos pontos analisados. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam, principalmente, em: (a) verificar a adequação das provisões técnicas constituídas, considerando o regime de competência atuarial e bases realistas, segmentada pelas similaridades dos riscos, incluindo, quando possível, análises de testes de consistência das metodologias utilizadas; (b) avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os seus compromissos com seus segurados e/ou beneficiários, efetuando projeções financeiras e atuariais dos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2012; (c) verificar a adequação dos limites de retenção adotados; e (d) verificar a adequação dos ativos garantidores das provisões frente aos passivos. Com base em nossa Avaliação

Atuarial, no que diz respeito às melhores práticas atuariais aplicáveis e nos aspectos relevantes, somos da opinião que, em 31 de dezembro de 2012: (a) todas as provisões técnicas constituídas foram calculadas conforme legislação em vigor e, com bases realistas, são suficientes para honrar os compromissos da Companhia com os segurados e/ou beneficiários; (b) os resultados das projeções financeiras e atuariais dos negócios em vigor demonstram que a Companhia é capaz de honrar seus compromissos futuros com seus segurados e/ou beneficiários; (c) os limites de retenção adotados pela Companhia estão adequados; e (d) os ativos que dão cobertura às provisões técnicas encontram-se devidamente adequados ao comportamento esperado dos passivos. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2013. Marcos Spiguel - Atuário Responsável Técnico MIBA/MTPS/1.404; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho - Diretor Responsável Técnico.

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas

no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis referendadas pela Susep e adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013. Carlos José da Silva Azevedo - Presidente; Jorge Augusto Hirs Saab - Membro; Sergio Alfredo Diuana - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Companhia Nacional de Seguros - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7